CONFLITO ISRAEL E PALESTINA

Autor(res)

Cintia Batista Pereira
Jeferson Dos Santos
Stace Liz Carneiro

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

O conflito entre Israel e Palestina é um dos mais duradouros e complexos da atualidade, remontam à primeira metade do século XX e foram iniciados pela disputa em torno do território palestino e intensificada após a criação do Estado de Israel em 1948 e o deslocamento em massa da população palestina. Desde então, guerras, ocupações militares e fracassos diplomáticos consolidaram um cenário de instabilidade permanente no Oriente Médio. Israel afirma que suas ações são em defesa de sua própria população, e os palestinos acusam Israel de sustentar um regime de perseguição, assim envolvendo questões territoriais, religiosas, históricas, políticas e humanitárias.
Trata-se de uma questão geopolítica de alcance global, envolvendo interesses estratégicos, recursos naturais escassos e atores internacionais de grande peso. Ao mesmo tempo, gera graves violações de direitos humanos e crises humanitárias que desafiam a efetividade do Direito Internacional e dos mecanismos de resolução de conflitos.

Objetivo

Este trabalho tem como objetivo analisar o conflito sob a perspectiva histórica e jurídica, destacando os fundamentos e princípios do Direito Constitucional, do Direito Internacional, dos Direitos Humanos, e do Direito Penal Internacional, a fim de compreender as violações ocorridas, a responsabilidade dos atores envolvidos e os limites de atuação dos organismos internacionais.

Material e Métodos

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, exploratória e documental, com abordagem descritiva e analítica. Buscou-se compreender o conflito Israel–Palestina a partir de perspectivas jurídicas, históricas e humanitárias, priorizando a análise de normas internacionais, decisões de organismos multilaterais e literatura científica especializada. Utilizou-se como fontes as normas constitucionais relevantes e documentos legais internacionais, como a Carta da ONU (1945), Convenções de Genebra (1949), e resoluções do Conselho de Segurança da ONU, literatura acadêmica sobre Direito Internacional e Direitos Humanos. Com compilação de tratados, convenções, resoluções e pareceres jurídicos relevantes para o estudo do conflito a fim de identificar os impactos sobre direitos humanos, deslocamentos forçados, condições socioeconômicas e consequências

humanitárias, permitindo assim uma reflexão crítica sobre a eficácia do Direito e a atuação de organismos internacionais.

Resultados e Discussão

A análise documental e jurídica evidencia que o conflito Israel–Palestina tem impactos multidimensionais, envolvendo violações de direitos humanos, deslocamentos forçados, crises humanitárias e repercussões econômicas e sociais significativas para ambos os lados. Os resultados mostram que, embora o Direito Internacional ofereça instrumentos claros para a proteção de civis, prevenção de crimes e responsabilização de agentes, sua aplicação prática é limitada por fatores políticos e geopolíticos. O conflito revela a fragilidade dos mecanismos de execução internacional, a seletividade na aplicação das normas e a dificuldade em responsabilizar tanto Estados quanto indivíduos por violações sistemáticas. Já a análise jurídica permite compreender a complexidade do conflito, identificar responsabilidades e subsidiar possíveis medidas preventivas e mediadoras.

Conclusão

Em suma, o conflito Israel–Palestina tem origem na disputa territorial após a criação do Estado de Israel, envolve questões identitárias, religiosas e de soberania, e é alimentado por interesses geopolíticos estratégicos (território, água, gás, rotas comerciais) e pela atuação de atores internacionais com agendas próprias. O desafio contemporâneo, não é a ausência de normas, mas a vontade política de aplicá-las de forma universal e imparcial

Referências

ONU. Carta das Nações Unidas, 1945.
ONU. Resolução 242 (1967) do Conselho de Segurança.
ONU. Resolução 2334 (2016) do Conselho de Segurança.
ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.
ONU. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, 1966.
ONU. Convenção sobre os Direitos da Criança, 1989.
Convenções de Genebra, 1949.
CIJ. Parecer consultivo sobre as consequências jurídicas da construção de um muro no território palestino ocupado, 2004.